



SEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA POR COVID-19: UM IMPACTO NA DIETA MUNDIAL

FOOD SECURITY IN THE COVID-19 PANDEMIC: AN IMPACT ON THE WORLD
DIET

Jean Márcia Oliveira Mascarenhas¹
Deborah Dourado Lopes²
Thais Costa Machado Florence³
Lana Mércia Santiago de Souza⁴
Fábio Rodrigo Santana dos Santos⁵

Manuscrito recebido em: 10 de maio de 2021.

Aprovado em: 14 de setembro de 2021.

Publicado em: 01 de outubro de 2021.

Resumo

Objetivo: este estudo constitui uma revisão integrativa sobre a insegurança alimentar durante a pandemia, desenvolvida a partir da seleção sistemática na literatura científica que atualmente faz a observação e o monitoramento da COVID-19 e sua relação com a fome no Brasil e no mundo. **Métodos:** A coleta de dados foi realizada no período de 12 de abril de 2020 a 12 de abril de 2021, sendo as buscas bibliográficas realizadas a partir dos dados obtidos pelos sites e documentos oficiais publicados pela OMS/WHO, ONU, OPAS, MS, IBGE e Agência Nacional de Saúde. **Resultados e Discussão:** para a ONU, a pandemia da COVID-19 pode provocar catástrofes de proporções inimagináveis, dobrando o número de famintos no mundo, podendo chegar a 265 milhões. No Brasil metade da população teve algum grau de insegurança alimentar em 2020, sendo que a crise causada pelo coronavírus poderá gerar uma situação de insegurança alimentar para 40 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe, provocando muita fome em várias regiões do mundo. **Conclusão:** A Pandemia deixou evidente a necessidade urgente da adoção de medidas coordenadas a nível mundial, nacional

¹ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Professora na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-0420-1676>

E-mail: jmascarenhas@uneb.br

² Mestra em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia. Técnica do Departamento Nacional de Auditoria do SUS do Ministério da Saúde.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0287-2000>

E-mail: dlopes@uneb.br

³ Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. Professora na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4570-7515>

E-mail: tflorence@uneb.br

⁴ Doutoranda em Saúde Pública e Mestra Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Universidade Federal da Bahia. Docente na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0432-8874>

E-mail: lmssouza@uneb.br

⁵ Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Universidade Federal da Bahia. Professor na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3232-7505>

E-mail: frsantana@uneb.br



e local para prevenir a crise humanitária e alimentar iminente, que ameaça os grupos em maior situação de vulnerabilidade. O momento é construção e fortalecimento de iniciativas voltadas à proteção social, assegurando o pleno acesso à alimentação saudável e adequada.

Palavras chave: Segurança alimentar; Pandemia; Fome.

Abstract

Objective: this study constitutes an integrative review on food insecurity during the pandemic, developed from the systematic selection in the scientific literature that currently observes and monitors COVID-19 and its relationship with hunger in Brazil and in the world. **Methods:** Data collection was carried out from April 12, 2020 to April 12, 2021, and bibliographic searches were carried out based on data obtained from official websites and documents published by WHO/WHO, UN, PAHO, MS, IBGE and the National Health Agency. **Results and Discussion:** for the UN, the COVID-19 pandemic can cause catastrophes of unimaginable proportions, doubling the number of hungry people in the world, reaching 265 million. In Brazil, half of the population had some degree of food insecurity in 2020, and the crisis caused by the coronavirus could create a situation of food insecurity for 40 million people in Latin America and the Caribbean, causing great hunger in several regions of the world. **Conclusion:** Pandemic highlighted the urgent need to adopt coordinated measures at global, national and local levels to prevent the impending humanitarian and food crisis, which threatens the most vulnerable groups. The moment is to build and strengthen initiatives aimed at social protection, ensuring full access to healthy and adequate food.

Key words: Food security; Pandemic; Hunger.

INTRODUÇÃO

Segundo alguns estudos e observatórios, estamos à beira da pandemia de outra a da fome, adverte o Programa Mundial de Alimentos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas¹. Para a Organização das Nações Unidas – ONU, a pandemia da COVID-19 pode provocar catástrofes de proporções inimagináveis, dobrando o número de famintos no mundo, podendo chegar a 265 milhões². E não só a ONU, mas a Organização Mundial de Saúde – OMS, conjuntamente com a Organização Mundial de Comércio – OMC, declaram os riscos de uma crise alimentar durante e na pós-pandemia^{3,4}. Isso está relacionado com uma série de fatores provocados pela crise sanitária e pela extrema desigualdade que já existe na maioria dos países e ao redor do mundo, inclusive no Brasil, que assustadoramente se mantém como o segundo epicentro da doença no mundo. Destaca-se que essa desigualdade afeta duramente a América Latina e a América do Sul entre outros continentes e países onde há uma população de baixa renda imensa, muitos vivendo em subempregos, na informalidade e em muita pobreza e miséria^{1,2,3}.



A crise alimentar no mundo sempre existiu, aqui no Brasil foi desenhada a partir dos estudos de Josué de Castro desde a década de 40, entre outros autores e pesquisadores do tema que conseguiram mostrar dados sobre a evolução da desnutrição na sociedade brasileira, são essas pesquisas e seus dados que ajudam a apontar caminhos e soluções. Nesse processo de transformação lenta, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014, embora tenha sido uma grande conquista, após os últimos anos, já pode ser observado um aumento da extrema pobreza a qual pode ser ainda mais agravada com a falta de acesso aos alimentos durante a pandemia e o retorno do Brasil ao mapa da fome. E o que isso representa? A comida não vai chegar ao prato das pessoas e por razões que se somará ao descaso político e econômico, já existente há séculos, passando por diferentes governanças de não enfrentamento das razões que geram esse quadro alarmante de desigualdades sociais e fome que se perpetuam pelo Brasil e várias regiões pobres e muito desiguais no mundo.

Neste novo cenário de pandemia, os alimentos não estarão disponíveis por vários fatores entre eles: a falta de pessoal para plantar, colher, distribuir, entregar, armazenar, pois esse conjunto de trabalhadores que são essenciais para permitir o acesso aos alimentos, precisaram também frear ou parar suas atividades. O momento é grave por diversas razões, mas, principalmente, pelo fato da pandemia acentuar de maneira brutal a insegurança alimentar e nutricional (InSAN) já existente, se justapondo a questões antigas, como a fome, obesidade, má nutrição e mudanças climáticas criando um quadro que muito favorece a uma sindemia global, uma combinação sinérgica entre determinantes. Todos estes fatores não estão dissociados pelo contrário, embora estejamos todos juntos no planeta, respirando melhor e livre de tanta poluição nesse período de pandemia, sabe-se que assim que as atividades econômicas retomarem e o isolamento forem suspenso, essa carga de poluição e problemas climáticos seguirão impactando cada vez mais nos sistemas. Soma-se ainda outras questões muito sérias agravadas com a pandemia como os maus hábitos alimentares, com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e redução dos alimentos in natura, e o aumento do sedentarismo, com a falta de exercícios diários nesse período de isolamento social, podendo prejudicar ainda mais a saúde das pessoas.



MÉTODOS

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente, tendo como foco um determinado tema amplo, procurando mostrar o que o mundo está falando sobre o esse tema e pode ser motivado tanto por interesse individual quanto coletivo. No caso deste trabalho a motivação é de natureza coletiva, a preocupação constante com crescimento da fome no Brasil e no mundo nesse período de pandemia, o qual está impactando num grave cenário de insegurança alimentar no Brasil, na América Latina, América do Sul assim como outras regiões do mundo.

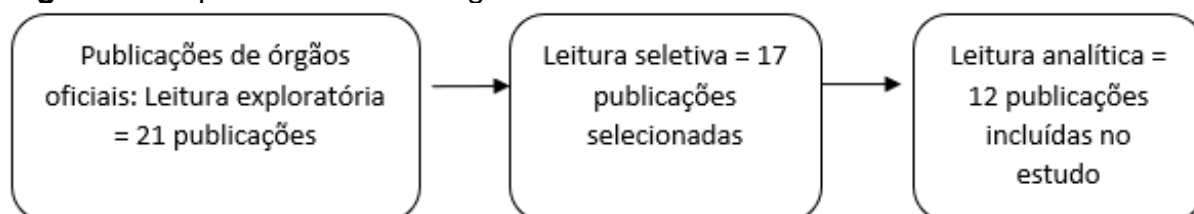
Este estudo constitui uma revisão integrativa (RI) desenvolvida a partir da seleção sistemática da literatura científica voltada para os efeitos da pandemia na segurança alimentar durante a pandemia da COVID-19 e seus impactos na alimentação e dieta no Brasil e no mundo. A coleta de dados foi realizada no período de 12 de abril de 2020 a 12 de abril de 2021. A busca bibliográfica das publicações foi realizada a partir dos dados obtidos através de órgãos e instituições internacionais e nacionais que são referência sobre o tema, baseados em pesquisas originais, sendo as principais fontes de dados neste período a ONU – Organização das Nações Unidas, OMS/WHO – Organização Mundial da Saúde, OPAS – Organização Panamericana de Saúde, MS – Ministério da Saúde, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Agência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional considerando que estes são os órgãos e instituições nacionais e internacionais que são responsáveis pelas informações oficiais sobre o tema no Brasil e no mundo e que neste período apenas alguns deles detinham dados oficiais sobre esta temática. Esta pesquisa foi conduzida em cinco etapas: seleção da questão temática, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos selecionados, análise e interpretação dos resultados. A coleta de dados foi realizada no período de 12 de abril de 2020 a abril de 2021, onde a busca se concentrou em fontes de dados obtidos nos sites oficiais da OMS/WHO, ONU, OPAS, MS, IBGE e Agência Nacional de Saúde que possuem informações atualizadas sobre a situação da pandemia e fome. A pesquisa bibliográfica se estendeu apenas aos dos órgãos oficiais nacionais e



internacionais que estão monitorando a COVID-19 no Brasil, no América Latina e outras regiões do mundo e que estão orientando as nações e países a enfrentarem a situação da Pandemia e da fome entre outros graves problemas nesse momento. Foram utilizados para busca das informações e dados com os seguintes descritores (Desc) da e suas combinações nas línguas portuguesa e inglesa: “COVID-19; Pandemias; Segurança alimentar e nutricional; Política pública” e/ou “COVID-19; Pandemics; Food and nutritional security; Public policy”.

Após a seleção dos órgãos e instituições oficiais de dados sobre o tema e conforme os critérios de inclusão previamente definidos foram excluídos aqueles que estavam duplicados ou que não contemplavam aspectos relacionados ao estudo, resultando em 12 trabalhos selecionados. A partir dessa base delimitada, os seguintes passos foram seguidos: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material que se adequam aos objetivos e tema deste estudo; leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação, buscando entender sobre o tema e ajudar a buscar as soluções e recomendações para o enfrentamento da pandemia da fome.

Figura 1. Etapas da revisão integrativa



RESULTADOS E DISCUSSÃO

- A situação da segurança alimentar no Brasil e no mundo acentuada pela Covid19 (Coronavírus)

A crise do novo coronavírus poderá gerar uma situação de insegurança alimentar para mais de 40 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe, alerta a Organização das Nações Unidas, cabendo medidas urgentes para evitar uma "pandemia da fome". O Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU



apontou que nos 11 países e nas regiões em que atua o número de pessoas que estão nessa condição passou de 3,4 milhões, no começo do ano, para 14 milhões. Na pandemia da COVID-19, a população em condições de extrema pobreza na América Latina e Caribe pode chegar a mais de 83,4 milhões de pessoas em 2020, o que implicaria um aumento significativo nos níveis de fome. A conclusão é de um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O documento propõe ações urgentes para enfrentar o aumento da fome intensificado pela pandemia nos países e regiões do mundo de maior vulnerabilidade³.

Segundo o relatório, após sete anos de crescimento lento, a região da América Latina e Caribe poderá ter a maior queda do PIB regional em um século variando de -5,3% a -10%, elevando este ano em 16 milhões o número de pessoas em extrema pobreza na comparação com o ano anterior, totalizando em 83,4 milhões³. O impacto na fome também será significativo, considerando que em 2016-2018 já havia 53,7 milhões de pessoas em grave insegurança alimentar na América Latina. Os efeitos da crise já são visíveis nos sistemas alimentares: a vulnerabilidade dos trabalhadores aumentou, assim como os preços dos alimentos da cesta básica, de acordo com o índice de preços ao consumidor – IPC. Devido à falta de condições de adquirir alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficientes, muitas pessoas estão tendo que optar por alimentos mais baratos e de menor qualidade e valor alimentar e nutricional³, muitas vezes adquirindo os que são ricos em açúcar, sódio e gorduras saturadas e trans em detrimento do uso de uma dieta variada rica em vegetais como frutas, legumes, hortaliças, cereais integrais, leguminosas, raízes, alimentos boas fontes de minerais e vitaminas importantes na proteção a saúde e do sistema imune fatores essenciais para promoção de várias arboviroses incluindo a prevenção da COVID-19.

O Brasil por ser considerado um dos “celeiros do mundo” talvez passe por impactos menos drásticos, mas isso vai depender das políticas públicas que irão ser adotadas daqui para frente, o que se sabe é que, até o momento, do total de recursos destinado ao combate a Pandemia da COVID-19, não foram aplicados e executados como devia, isso é, foram poucos os recursos e as medidas para o enfrentamento de uma crise dessa dimensão, que com certeza impactará em mais problemas



e miséria, pobreza e conseqüentemente mais fome que nada mais é que uma condição de insegurança alimentar.

Alguns países exportadores podem literalmente adotar a decisão de alimentar seu próprio povo a vender seus produtos para fora. Assim, os importadores que dependem de certas commodities agrícolas para sobreviverem correm sérios riscos de ficarem desabastecidos e isso pode acontecer com boa parte dos países asiáticos e africanos. Países que, por exemplo, dependem da produção de produtos básicos como arroz, trigo, milho, está em maior vulnerabilidade de ficar sem seus produtos e mesmo com ajuda e solidariedade a comida assim como a vacina não chegará a todos, como nunca chegou e muita gente sempre sentiu e morreu de fome, só que agora a situação será ainda mais agravada.

Somados a tudo isso falta no Brasil fiscalização por parte dos governos para manter os preços dos alimentos sob controle, os quais vêm subindo a cada dia, impactando na inflação do Brasil nos últimos anos, no entanto existem muitos que estão ganhando com a crise sanitária. Em contra senso saiu na revista Forbes recentemente que o número de bilionários no Brasil mais que duplicou. Lembrando que produtos básicos como feijão, arroz, milho, trigo e farinha de mandioca são as principais fontes de carboidratos em vários países e que precisam ter seu acesso garantido, assim como o acesso aos legumes, hortaliças e frutas. No Brasil e na Bahia não é muito diferente, temos povos distintos que estão distribuídos em diferentes regiões com imensas dificuldades e desigualdades, a maioria depende desses alimentos para sobreviverem dignamente com uma alimentação saudável⁵. Entre os povos mais vulneráveis destacamos as tribos indígenas, territórios quilombolas, moradores de rua, milhares de desempregados, que já vinham sobrevivendo e se alimentando muito mal e muitos já passavam fome, vivendo em um quadro de insegurança alimentar e nutricional contínuo, sendo estes indivíduos mais expostos e vulneráveis a COVID-19⁶.



- A COVID19 e seus impactos na dieta e nas vidas dos mais pobres

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), indica que nos últimos meses do ano passado a situação se agravou passando para 19 milhões de brasileiros que passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar.

Esses dados revelam uma situação de gravidade com o aumento de 55,2% dos lares brasileiros, ou seja, o correspondente a 116,8 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 e 9% deles vivenciaram insegurança alimentar grave, isto é, passaram fome, nos três meses anteriores ao período de coleta desses dados, a qual foi feita em dezembro de 2020, em 2.180 domicílios. De acordo com os pesquisadores, os números encontrados apontaram para 19 milhões de brasileiros que passaram fome na pandemia do novo coronavírus, o dobro do que foi registrado em 2009, com o retorno ao nível observado em 2004, evidenciando que estamos diante de uma crise sanitária somada a crise econômica e política o que torna a situação do povo brasileiro mais grave ainda e levando a um cenário atual de mais 350 mil mortes, e vidas que poderiam ter sido salvas se tivéssemos um programa de vacinação eficiente, e em meio a esse caos o país chegou ao segundo lugar no número de óbitos, abaixo apenas dos Estados Unidos.

Segundo a OMS, a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um vírus recém-descoberto. A maioria das pessoas infectadas com o vírus desenvolverá a COVID-19 e pode experimentar uma doença respiratória leve a moderada e se recuperará sem a necessidade de tratamento especial¹. No entanto, outras pessoas podem não resistir e vir a óbito, em junho de 2020 aqui no Brasil já eram já eram mais de 50.000 mortes e, no começo de setembro chegamos a 131 mil mortes, com o país passando de 4 milhões de casos já confirmados e registrados^{6,7}. As pessoas mais velhas e pessoas com problemas médicos subjacentes (outras comorbidades), como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer, têm maior probabilidade de desenvolver doenças graves^{4,8}.



O coronavírus, denominado SARS-CoV-2, tem gerado a interrupção das atividades cotidianas da população, devido à necessidade de isolamento social para frear o avanço da doença, que em menos de quatro meses já expandiu por 190 países, destacando o Brasil nesse triste cenário mundial¹. Os principais sinais e sintomas provocados pelo vírus podem incluir febre, tosse e dificuldade para respirar, assim como sintomas gastrointestinais, incluindo diarreia, vômitos e dor abdominal, perda de olfato, alteração no paladar e diminuição do apetite¹. A transmissão da doença costuma ocorrer pelo ar ou pelo contato direto das pessoas e se dá por meio de gotículas de saliva, espirro, tosse e secreções que podem contaminar mãos e superfícies⁶.

O vírus SARS-CoV-2 se espalha principalmente por gotículas de saliva ou secreção nasal quando uma pessoa infectada tosse ou espirra, por isso é importante que se pratique etiqueta respiratória (por exemplo, tossindo em um cotovelo flexionado) e a utilização de máscara, descartável ou de pano, sempre que sair de casa. No momento, ainda não existem vacinas ou tratamentos específicos para a COVID-19. No entanto, existem muitos ensaios clínicos em andamento avaliando possíveis tratamentos, espera-se que o mais breve possível tenhamos um resultado que mude esse quadro de letalidade do vírus ou através da criação de uma vacina ou antiviral que trate a doença. A OMS continuará fornecendo informações atualizadas assim que os achados clínicos estiverem disponíveis. A melhor maneira de prevenir e desacelerar a transmissão da doença é, em primeiro lugar, esta bem informada sobre o vírus SARS-CoV-2, suas formas de transmissão e controles de prevenção, o que a doença pode causar, os principais sintomas, como se espalha e como se proteger da mesma. Entre as recomendações mais importantes está: não aglomerar (manter-se em isolamento social), à limpeza e lavagem das mãos usando sabão e água corrente e depois enxuga-la de preferência em papel toalha, fazer uso do álcool gel com frequência e não tocar no rosto durante essas atividades externas, manter-se sempre com máscaras na execução de atividades externas^{4,8}.

Várias são as medidas propostas para tentar conter a propagação da Covid19, a OMS e as principais instituições de saúde no Brasil divulgaram como principais cuidados: higienizar as mãos, cobrir a boca com o antebraço ou lenço descartável ao tossir e espirrar, evitar aglomerações e manter-se em isolamento domiciliar,



distanciamento social e caso apresente qualquer sintomas entrar em quarentena por até 14 dias⁴ (WHO, 2020b). Também é recomendado a permanência das pessoas em ambientes bem ventilados, arejados e que as empresas e instituições públicas, assim como muitas do setor privado devem considerar a realização de trabalho remoto (trabalho em casa), reuniões virtuais e cancelamento de viagens para evitar a propagação do vírus⁹.

Em todo o mundo, as medidas de confinamento e de contenção adotadas para combater a COVID-19 ameaçam aumentar os níveis de pobreza relativa dos trabalhadores da economia que chega a 56% nos países de baixa renda, de acordo com um novo documento publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos países de alta renda, estima-se que os níveis de pobreza relativa entre os trabalhadores informais aumentem em 52%, enquanto nos países de renda média alta, o aumento é estimado em torno de 21%^{2,3}.

Globalmente, cerca de 1,6 bilhão dos 2 bilhões de trabalhadores da economia informal são e serão afetados por medidas de confinamento e de contenção. A maioria trabalha nos setores mais afetados ou em pequenas unidades econômicas mais vulneráveis às crises. Isso inclui pessoas que trabalham em serviços de hotelaria e de alimentação, nos setores de manufatura, comércio atacadista e varejista e os mais de 500 milhões de agricultores que abastecem os mercados urbanos. As mulheres são particularmente as mais afetadas em setores de alto risco, destaca o estudo. Em muitos países, as medidas de contenção da COVID-19 não podem ser implementadas de forma eficaz, porque esses trabalhadores precisam seguir trabalhando para alimentar suas famílias e se expõem diariamente a COVID-19. Esse campo de força tem gerado muita polarização entre manutenção da economia e controle da expansão do coronavírus, essa polarização compromete os esforços dos governos para proteger a população e combater a pandemia, e pode se tornar uma fonte de tensão social em países com uma grande economia informal, diz o relatório^{2,3}.

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a insegurança alimentar grave, em que as pessoas relataram chegar a passar fome, atingiu 4,6% dos domicílios brasileiros, o equivalente a 3,1 milhões de lares, em 2017-2018⁹. Esse percentual significa que 10,3 milhões de pessoas residem em domicílios estão vivendo nessa situação de InSAN, sendo 7,7 milhões são os moradores de área



urbana e 2,6 milhões da área rural, esses dados constam da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil. A insegurança grave aparece quando os moradores passaram por privação severa no consumo alimentos, podendo chegar à fome. Em 2017-2018, dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7%, o equivalente a 25,3 milhões de lares, estavam com algum grau de insegurança alimentar: leve (24%, ou 16,4 milhões), moderada (8,1%, ou 5,6 milhões) ou grave (4,6%, ou 3,1 milhões). Segundo o IBGE, na população de 207,1 milhões de habitantes em 2017-2018, 122,2 milhões eram moradores de domicílios com segurança alimentar, enquanto 84,9 milhões viviam com alguma insegurança alimentar, assim distribuídos: 56 milhões em domicílios com insegurança alimentar leve, 18,6 milhões em domicílios com insegurança alimentar moderada e 10,3 milhões de pessoas residentes em domicílios com insegurança alimentar grave. De acordo com a Escala Brasileira de Medida Direta e Domiciliar da Insegurança Alimentar adotada pelo IBGE, a segurança alimentar está garantida quando a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Na insegurança alimentar leve, há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro e qualidade inadequada dos alimentos resultantes de estratégias que visam a não comprometer a quantidade de alimentos. Na moderada, há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos^{9,10}. Na insegurança alimentar grave, há redução quantitativa severa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio e mesmo sendo o DHHA – Direito humano a uma alimentação adequada, assegurado e previsto na Constituição Federal desde 1988, infelizmente a fome se persiste e se intensifica em meio a maior crise sanitária dos últimos 100 anos, onde as desigualdades sociais e o descaso político do Brasil seguem sem resolução^{11,12}.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 revelou a existência de uma ameaça real e imediata à segurança alimentar e nutricional (SAN), em especial dos grupos mais vulneráveis. Podemos afirmar que temos um cenário desafiador, frente à imensa desigualdade social assim como as imensas desproporções territoriais em que vivemos no Brasil, é preciso fortalecer todas as políticas e programas que impactam direta e indiretamente no aumento da segurança alimentar. É também fundamental reduzir, atenuar e melhorar o acesso à água, a terra, moradia e a alimentação dos povos mais vulneráveis principalmente nos países que estão em situação de guerra e em desenvolvimento devido ao cenário de insegurança alimentar e nutricional já existente. No Brasil se faz necessário com urgência a adoção pelo governo brasileiro de políticas de ampliação do acesso aos alimentos, apoio à agricultura familiar, ampliar a transferência de renda e fazer chegar para aqueles que realmente estão precisando de apoio para poder comer e se abrigar, ampliação e qualificação da oferta de serviços, inclusão produtiva criando várias iniciativas para recuperação das cadeias produtivas de alimentos controlando e regulando os preços dos alimentos básicos ao consumidor final, manter e garantir a produção de alimentos para abastecimento interno e não priorizar a exportação em detrimento da escassez de alimentos no país, além do pacto de combate à extrema pobreza junto aos municípios, estados e sociedade civil, são essenciais para que o país possa enfrentar esses novos desafios. Nesta pandemia foram identificadas algumas ações e novas iniciativas e a adequação de estratégias já implementadas no país que contribuem para a segurança alimentar e nutricional (SAN). As novas medidas governamentais criadas foram: Renda Básica Emergencial (Governo Federal); Estímulo aos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) estaduais e a doação emergencial de alimentos (estados e municípios). As medidas pré-existentes que sofreram alterações devido à pandemia foram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que passou a distribuir cestas básicas e créditos para os estudantes para conseguirem adquirir uma alimentação equivalente a recebida na escola. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional, Programa Bolsa Família (PBF), passaram a fazer a distribuição de alimentos por meio dos equipamentos públicos de SAN nos estados e municípios. Ampliação dos



Restaurantes Populares, para fornecimento de refeições, assim como aumento na oferta do volume de refeições em função do aumento de pessoas com essa demanda durante pandemia. Podemos concluir que as medidas governamentais adotadas no Brasil e no mundo infelizmente não são suficientes para evitar a insegurança alimentar e nutricional (InSAN) intensificada na pandemia e que essa crise sanitária mostrou a violação de direitos humanos fundamentais como o DHAA - Direito humano à Alimentação Adequada e Saudável, expondo as profundas desigualdades e injustiças dos sistemas alimentares e sua nações, assim como a necessidade de reestruturar políticas públicas que assegurem, além do fornecimento de alimentos, condições suficientes para manutenção da vida e da dignidade humana. A Pandemia deixou evidente a necessidade urgente da adoção de medidas coordenadas a nível mundial, nacional e local para prevenir a crise humanitária e alimentar iminente, que ameaça os grupos em maior situação de vulnerabilidade. É preciso que todos os estados e municípios e governo federal tenham um plano de segurança alimentar e nutricional (PSAN) alinhados entre si e com foco no combate a fome. O momento é construção e fortalecimento de iniciativas voltadas à proteção social, assegurando o pleno acesso à alimentação saudável e adequada a todos os povos do Brasil e do mundo.

REFERENCES

1. World Health Organization (WHO). Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019> (acessado em 30/Abr/2020). 2020.
2. ONU. Nações Unidas Brasil. Contágio ou fome, o dilema dos trabalhadores informais durante a pandemia de COVID-19. 2020. <https://nacoesunidas.org/contagio-ou-fome-o-dilema-dos-trabalhadores-informais-durante-a-pandemia-de-covid-19/Aceesad> >(Acessado: em 17.06.2020). 2020.
3. ONU. Nações Unidas Brasil. Extrema pobreza deve atingir 83 milhões de pessoas na América Latina e Caribe em 2020. <https://nacoesunidas.org/extrema-pobreza-deve-atingir-83-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-e-caribe-em-2020/>>(Acessado: em 21.06.2020).
4. World Health Organization (WHO). Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. < (Acessado em 19/Mar/2020). 2020.



5. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Agência Brasil 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiro>. > Acessado em 21.09.2020. 2020.
6. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Coronavírus: sobre a doença. <http://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#transmissao>. < (Acessado em 13/set/2020).
7. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Painel Coronavírus. <https://covid.saude.gov.br/>. < (Acessado em 13/set/2021).
8. OPAS. Organização Panamericana de saúde do Brasil. COVID-19: Materiais de comunicação https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6130:covid-19-materiais-de-comunicacao&Itemid=0. > Acessado: em 21.06.2020.
9. Brasil. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Coronavírus (COVID-19): confira informações e saiba como se prevenir. <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/consumidor/5344-coronavirus-confira-informacoes-e-saiba-como-se-prevenir>. < (Acessado em 19/Mar/2020). 2020.
10. Conselho Federal de Nutricionistas. Recomendações do CFN: boas práticas para atuação do nutricionista e do técnico em nutrição e dietética durante a pandemia de coronavírus. https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/03/nota_coronavirus_3-1.pdf. < (Acessado em 22/Mar/2020). 2020.
11. Global Network Against Food Crises; Food Security Information Network. Global Report on Food Crises. Joint analysis for better decisions. Washington DC: International Food Policy Research Institute; 2020.
12. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020> > Acessado em 12.04.2021.